



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 10

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 02 DE MAIO DE 2019

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	13
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	13
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	13
3. APROVAÇÃO DE ATA	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2019	13
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTO COLETIVO – POLIDESPORTIVO DE ALCOCHETE” – PROC.º I-03/19/CP:	14
– DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO	14
4.2 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE” – PROC.º I-18/18/CP:	14
– RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE APROVAÇÃO DO MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO CORRIGIDO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS ATÉ ÀS 17:00 HORAS, DO DIA 24 DE ABRIL DE 2019 – ERRATA	15
4.3 OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR BANCA DE FLORES JUNTO AO CEMITÉRIO – REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA RELATIVA AO CONTRATO DE CONCESSÃO	15
4.4 AUTO DA 1.ª RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO N.º LE.50/2018 – ALVARÁ N.º 1/2019	15
4.5 PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A S.ENERGIA E O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE PARA IMPLEMENTAÇÃO DA MEDIDA EDULUX NO ÂMBITO DO PPEC 2017-2018 DA ERSE	17
5. APOIOS FINANCEIROS	18
6. INFORMAÇÕES	18
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	18
ENCERRAMENTO	21

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente agradeceu à direção dos Bombeiros Voluntários de Alcochete a cedência do espaço para a realização da presente reunião.

Em seguida, o senhor presidente informou que no dia 4 de abril, em Monforte, decorreu a cerimónia de assinatura de um Protocolo, que envolveu a Autoridade Nacional de Proteção Civil, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias dos Bombeiros para a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP). Esta irá assentar a sua postura na consolidação de um modelo idealizado pelo Governo, de forma a garantir prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e na defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios e outras intervenções no âmbito da proteção civil. Este protocolo resulta num investimento anual de cerca de 31.500 euros para a autarquia, correspondente a 50% do valor que acarreta ter em permanência uma EIP. O Estado, por via da A.N.P.C. assegura os restantes 50%. Estas equipas são compostas por 5 bombeiros, que assumem o carácter de profissionais para 24h/dia, na prestação de

socorro, estando neste momento a decorrer as provas necessárias para a respetiva contratualização.

Considera que, por muito que se possa fazer em prol dos bombeiros, será sempre um trabalho inacabado, dado que, nos dias de hoje, os desafios são cada vez maiores. Mais considera que, atualmente a postura dos bombeiros é completamente diferente daquela alguns anos atrás, dado que no presente estão munidos de equipamento, de conhecimento e de voluntários capazes de desenvolver, em paralelo com as unidades hospitalares, um trabalho irrepreensível em todos níveis.

O senhor presidente informou também que recebeu, da Amarsul, uma análise referente ao desempenho da recolha seletiva e retoma de embalagens, respeitante ao ano de 2018, dando conta dos dados sobre a recolha *per capita* de cada município da área de intervenção da Amarsul. Salientou que a empresa está empenhada e focalizada no cumprimento de uma meta estabelecida para 2020, que resulta na produção de lixo seletivo na ordem dos 45 Kg por habitante e por ano.

Referiu que do documento enviado, verifica-se que Alcochete se encontra em 2.º lugar do *ranking* de quem melhor separa o lixo *per capita*. Somos o município que melhor faz a seleção no âmbito do papel e cartão, com cerca de 17,06 Kg. Ao nível do plástico e metal, apenas fazemos a seleção e retoma de 9,8 Kg. Relativamente ao vidro, disse não sermos um bom exemplo, mas também estamos longe de ser os piores, realizando uma produção *per capita* de 11,2 Kg. No cômputo geral estamos com 38,6Kg, acima da média dos 9 municípios que compõem a área de intervenção da Amarsul, que é de 32 kg *per capita*.

Salientou que, perante estes resultados, o concelho de Alcochete apresenta um valor que nos deixa orgulhosos mas que, simultaneamente, dá também mais responsabilidade para se continuar a trabalhar, quase diariamente, de forma pedagógica.

De seguida, informou que a Direção Regional de Agricultura e Pesca de Lisboa e Vale do Tejo, fez chegar à câmara municipal (embora o mesmo seja datado de 25 de março de 2019), um edital que proíbe a rega de culturas solanáceas (culturas relativas à batata, pimento e ao tomate) com águas superficiais da ribeira situada na Quinta da Atalaia, sendo que esta proibição se manterá em vigor até nova determinação. Mais informou que iria providenciar, através do serviço de Comunicação e Imagem, o alerta em relação a esta matéria, por considerar importante promover e divulgar estas situações.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares informou que a autarquia já rececionou, no passado dia 11 de abril, o projeto mapa que identifica os montantes financeiros e património, relativamente à descentralização de competências na área da Educação. Os serviços camarários estão a proceder à análise dos documentos, conjuntamente com a direção do Agrupamento de Escolas de Alcochete. Saliou que o mapa terá de ter uma resposta até ao próximo dia 10 de maio. Desta forma, dado que a próxima reunião de câmara se realiza a 15 de maio, a deliberação que irá ao órgão executivo será a ratificação do ato. Comprometeu-se, porém, a dar conhecimento da resposta enviada aos senhores vereadores, logo que a mesma seja remetida. Informou também que, posteriormente, a pronúncia acerca deste diploma terá de ser efetuada até 30 de junho. Relativamente à descentralização na área da saúde, informou que ainda não foi dada resposta, relativa à pronúncia da câmara municipal efetuada sobre o projeto mapa. Após o seu recebimento existe um prazo de 60 dias para pronúncia sobre a aceitação ou não aceitação, contudo, salientou, que tal como já referido pelo senhor presidente, é vontade do executivo não aceitar nenhuma das competências.

A senhora vereadora também informou que no passado dia 30 de abril, na Amadora, a autarquia assinou a carta de compromisso que criou a “Rede de Municípios Embaixadores da Vacinação”, em articulação com a Administração Regional de Saúde e 17 municípios que integram a Área Metropolitana de Lisboa. Esta Carta de Compromisso pretende fazer a advocacia da vacinação, promover a literacia no âmbito da vacinação, colaborar na concretização de oportunidades de vacinação e contribuir para a cobertura universal da vacinação. Saliou que o

Município passará a ter o compromisso de divulgar e promover as vantagens da vacinação.

O senhor vereador Pedro Lavrado, em relação aos passes sociais e ao concurso público para a nova empresa “Carris Metropolitana”, referiu que os contratos interadministrativos de delegação de competências dos municípios na Área Metropolitana de Lisboa tiveram uma adesão de 77% de aprovação por unanimidade, que em termos políticos significa que esta é uma medida que foi bem acolhida e transversal a todos os municípios, independentemente da cor política e ideologia de cada um.

A venda de passes no mês de abril teve um crescimento de 37%, em relação a período homólogo, com maior incidência no passe “Navegante +65”.

Quanto ao concurso público que está a ser preparado, informou que este irá ser efetuado por lotes, a saber:

Lote 1 – lote Noroeste, que integrará os municípios da Amadora, Oeiras e Sintra, representando 32% da procura total da área metropolitana;

Lote 2 – lote Nordeste, que inclui os municípios de Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, representando também 32% do total da procura da área metropolitana;

Lote 3 – Incluirá os municípios de Almada, Seixal e Sesimbra e representará 18% do total da procura da área metropolitana;

Lote 4 – lote Sudoeste, que integra os municípios de Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal, representando 14% do total da procura da área metropolitana.

Salientou que estes dados ainda estão em fase de negociação, uma vez que existem municípios que defendem que deveria existir apenas um lote para a margem sul (lotes 3 e 4), por uma questão de competitividade, para ficar equilibrado à margem norte. É entendimento deste executivo que não deverá ser assim, dando o exemplo dos TST que servem toda a margem sul, onde todos os municípios estão dependentes de um único operador, considerando ser mais vantajoso haver dois

operadores distintos. Mais informou que, através do concurso, o pagamento às operadoras será efetuado ao quilómetro e não consoante o número de passageiros. Assim, supondo que, por algum motivo, um operador não faz uma determinada carreira, não receberá o respetivo pagamento pelo período em que não realizar esse serviço, abrindo a hipótese de um operador de um dos outros lotes realizar essa carreira e receber o devido pagamento, taxado ao quilómetro.

Mais referiu que, o pagamento ao quilómetro tem outra vantagem, referente à expansão da rede, dado que irá ser permitido um aumento de 10% ao ano no global na rede da Área Metropolitana, sendo que no primeiro ano será de 20% por ser o ano inicial.

O senhor vereador referiu que a principal discussão, no seio da Área Metropolitana de Lisboa, é referente ao desenho da rede, estando preparados cinco cenários:

- Cenário zero – Cenário de referência e o existente no momento, com um custo de 115 milhões de euros por ano;
- Cenário 1 – Cenário base que impõe um incremento de 2% no desenho da rede e da frequência das carreiras, com um custo de 117 milhões de euros por ano;
- Cenário 2 – Cenário moderado que implica um incremento de 17% na rede, com um custo de 134 milhões de euros por ano;
- Cenário 3 – Cenário expansivo que inclui um incremento de 38% na rede, com um custo de 157 milhões de euros por ano;
- Cenário 4 – Cenário expansivo modelado que implica um incremento de 40% na rede, com um custo de 163 milhões de euros por ano;
- Cenário 4+ – com um custo de 171 milhões de euros por ano e apenas existe por proposta de 4 municípios: Almada, Sintra, Odivelas e Oeiras, estando praticamente fora de questão.

O cenário ideal para área metropolitana seria o cenário 4 – expansivo modelado, mas por via das receitas das transferências dos municípios e do Governo Central, neste momento, apenas tem capacidade para o cenário 2. No entanto, o cenário

pretendido, dado ser o mais vantajoso para toda a área metropolitana é o cenário 4, mas tudo irá depender das vontades políticas, dado que para alguns municípios este cenário não traz vantagens, como é o caso de Alcochete, que considera o cenário 3 como o ideal, se for considerado só o concelho, porém, se for considerado o número de munícipes que se deslocam para Lisboa, ao circularem em Lisboa, é mais vantajoso o cenário 4.

Mais referiu que existem várias hipóteses de financiamento, que estão a ser estudadas, e os municípios, em primeira instância, não estão disponíveis para contribuir mais para a rede, sendo também esse o entendimento da área metropolitana, pelo que estão a ser estudadas fontes de receita. O incremento do cenário 2 para o cenário 4 é de 49 milhões de euros, por ano.

Salientou que a criação do passe “Navegante”, com a redução do preço, foi uma mais-valia e criou grandes expectativas, pelo que, se não for dado aos utentes uma boa rede, o mesmo deixa de ser eficaz, portanto talvez seja necessário mais algum esforço, porque o cenário 2, já é 17% é melhor que aquilo que se tem, mas não é suficiente para as necessidades e para o aumento da procura que é expetável.

Informou que, no mês de abril (mês da implementação dos novos passes), existiram duas carreiras dos TST que entraram em rutura e para reforçar estas carreiras pediram à AML, entre 12 a 15 mil euros por mês, o que não foi aceite, estando a AML a tentar negociar outro valor.

É objetivo da AML lançar o concurso no início do 2.º semestre e que a empresa inicie o seu funcionamento em finais de 2020 ou início de 2021.

O senhor presidente referiu que, dado o quartel dos Bombeiros Voluntários de Alcochete se encontrar numa zona de densidade populacional bastante significativa e dada a preocupação demonstrada pelo comando e órgãos sociais desta associação, foram desenvolvidos todos os esforços para a implementação de um sistema semaforico, a ser acionado por via da central do quartel, para que as viaturas de socorro possam sair do quartel em segurança e tranquilidade,

informando que a autarquia já tinha dado prosseguimento ao respetivo procedimento para efeitos de adjudicação.

O senhor vereador Vasco Pinto, relativamente à criação das E.I.P., considera que o corpo de bombeiros ficará ainda mais capaz, para além da reconhecida capacidade destes na resposta a situações emergentes e de urgência, muitas vezes de forma imprevista e a horas em que é difícil recorrer a voluntários, para formar o corpo de bombeiros.

Em relação aos passes sociais e quanto à ampliação do cenário 2 para o cenário 4, questionou qual era a posição do Governo, dado que irá exigir uma participação maior deste e dos municípios também.

Em resposta, o senhor vereador Pedro Lavrado informou que ainda não há posição, apesar de já existirem negociações para maior participação, quer seja através do fundo ambiental, quer seja através do próprio Orçamento de Estado, a ideia é que não seja através do Orçamento de Estado, porque está dependente da conjuntura de ano para ano e pode não haver condições no orçamento para assegurar essa verba, pelo que se continua em negociações, não só com o Governo, mas também no sentido de se encontrar formas de obter receitas para a área metropolitana, que suporte esse incremento na despesa.

O senhor vereador Vasco Pinto, em relação ao sistema semaforico a implementar junto ao quartel de bombeiros, referiu que o processo tinha sofrido um pequeno impasse. Informou que foi efetuada uma visita ao local com o técnico da empresa que instala estes sistemas no concelho, que identificou as necessidades, tendo este ficado de apresentar orçamento, porque aquilo que se pediu, numa perspetiva de empreitada única, era que fossem assegurados também os trabalhos de passagem de eletricidade de um lado para o outro da via, porém, este estava com dificuldade em encontrar uma empresa que assegurasse esse serviço. Dada essa dificuldade, a autarquia assumiu essa parte da empreitada e agora já existem condições de avançar com os trabalhos, sendo apenas uma questão de tempo para que a saída

dos carros de socorro seja efetuada com maior segurança, para bem de todos. Esta implementação terá um valor de, aproximadamente, de 15 mil euros.

O senhor vereador José Luís Alfélua, em relação ao comunicado emitido pela Direção Regional de Agricultura, quanto à água imprópria para rega, da ribeira da Quinta da Atalaia, questionou, para além da divulgação que será efetuada, o que será feito mais, dado que a bactéria não deverá desaparecer sem que nada seja efetuado.

O senhor presidente, em resposta, salientou que o edital só tinha dado entrada na câmara no presente dia, no período da tarde, pelo que não houve tempo de efetuar nenhum contacto, mas no dia seguinte iria dar instruções, no sentido de a respetiva Unidade Orgânica, proceder de imediato a alguns contactos junto da DRAP-LVT, para que se perceba o que é que está a ser efetuado. Realçou que o edital também refere como subtítulo “Plano de luta contra Ralstonia Solanacearum”, pelo que considera que já está a ser desenvolvido algum trabalho.

O senhor vereador José Luís Alfélua, quanto à intervenção da senhora vereadora Maria de Fátima Soares, relativamente à transferência de competências na área da Educação, evidenciou que, o assunto ao ir a reunião de câmara após o prazo de resposta para efeitos de ratificação os impedem, caso fosse possível, de colaborar com possíveis contributos, salientando, no entanto, que os eleitos da CDU subescrevem a não aceitação da transferência de competências para 2019.

Em relação, aos passes sociais, considera que a contabilização ao quilómetro é a melhor solução, dado que impede que as empresas se neguem a efetuar as carreiras, por não terem passageiros.

Concorda com a existência de dois operadores na margem sul, esperando que, depois as coisas na prática funcionem, dado ter algumas dúvidas de como um outro operador vai colmatar a falha de uma carreira de outro operador, nomeadamente se terá disponibilidade de recursos humanos e de autocarro.

Quanto aos lotes e aos cenários, existe condições para ir até ao cenário 2, mas do cenário 2 para o cenário 4 é perto de 49 milhões de euros, sendo que a grande questão é o financiamento, questionando quem é que vai pagar: as autarquias, o Governo? Entende que todos devem estar disponíveis para crescer.

Questionou, por quanto tempo, o cenário admitido se irá perpetuar, até haver alteração para outro cenário qualquer?

O senhor vereador Pedro Lavrado, em resposta, referiu que o cenário admitido é o que vai a concurso, é a rede que vai a concurso e que fica efetiva. Depois, anualmente, poderá haver, ou não, consoante as necessidades, acréscimo. Mais referiu que também existe outra possibilidade, município a município optarem pelo cenário que pretendam. Tecnicamente será mais complicado, mas é outro cenário que está a ser equacionado e que possivelmente seria o mais realista.

O senhor presidente, relativamente aos passes sociais, congratulou o senhor vereador Pedro Lavrado pelo trabalho desenvolvido nesta matéria, dada a complexidade do assunto e pelo facto de reunir 18 municípios com realidades completamente distintas. Referiu a grande satisfação, com a redução significativa do valor em todos os passes, mas acrescentou que não basta ficar por aqui. Considera que, na definição da rede, a autarquia tem tido uma postura muito intransigente nesta matéria, porque quem ficar a prestar esse serviço, tem de dar garantias que será um serviço com comodidade, com a qualidade e tranquilidade, sobretudo para quem diariamente utiliza estes transportes públicos. Considera que, estão no caminho correto e atentos àquilo que são as necessidades e as carências da população do concelho, ou seja, perceber quem necessita de utilizar este tipo de transporte, quando necessita e de que modo necessita, para se poder ser a voz do povo na AML.

A senhora vereadora Maria da Fátima Soares referiu que o mapa projeto, respeitante à descentralização de competências na área da Educação, não foi presente a esta reunião de Câmara, porque ainda faltava apurar, por parte do Agrupamento de Escolas de Alcochete as despesas relativas aos contratos de

manutenção dos sistemas de ar condicionado, aos contratos de manutenção dos extintores e aos planos de segurança e material de escritório.

O senhor vereador Estêvão Boieiro, quanto à questão da Amarsul, referiu que, na reunião de câmara de 3 de abril foi dado a conhecer um panorama negro, sendo que todos concordaram que era preciso fazer mais. Quando se falou, na receção dos RSU, foi mencionado que houve um maior aumento na recolha seletiva, do que nos indiferenciados, salientando, esse facto como positivo, mas não suficiente. Também foi referido, quanto à recolha do papel, cartão e metal, que tinha sido estipulado para 2018 a realização de uma média de 39 Kg, acabando por ser de 33 Kg, dando assim, menos 6 Kg por habitante/tonelada.

Agora, tendo em conta os dados hoje apresentados pelo senhor presidente fica-se com a sensação que a situação não é bem assim, questionando sobre o facto.

O senhor vereador Pedro Lavrado, em resposta, referiu que, os dados apresentados na reunião de câmara de 3 de abril correspondiam à globalidade dos municípios e que os dados, hoje apresentados, são alusivos a cada um dos municípios, podendo concluir-se que dentro do cenário “negro”, o concelho de Alcochete é dos melhores.

O cenário “negro” é na globalidade dos municípios que integram a Amarsul e não por município. As metas impostas, 45 Kg/munícipe, também são para a globalidade, sendo que o concelho de Alcochete, dentro dos municípios da Amarsul, até tem uma boa recolha, porém, insuficiente. Os dados agora apresentados representam que os munícipes do concelho respondem, de alguma forma, à separação do lixo, mas não o suficiente, pelo que é preciso fazer mais para atingir as metas.

Mais referiu que a Amarsul está a dar início a ações de sensibilização à população (município a município), acerca dos novos contentores (junto destes), no sentido de explicar como devem ser utilizados.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €9.337.332,76 (nove milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois euros e setenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente da câmara informou que, entre os dias 17/04/2019 e 01/05/2019, autorizou o pagamento da despesa no montante de €513.620,41 (quinhentos e treze mil, seiscentos e vinte euros e quarenta e um cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas da n.º 1032 à 1201.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de ata

Ata da reunião ordinária realizada no dia 03 de abril de 2019

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi proposta a seguinte alteração:

Na página 10, 1.º parágrafo, 1.ª linha onde se lê: “O senhor presidente informou que o valor do saldo...” deverá ler-se: “A senhora vice-presidente informou que o valor do saldo...”.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade, com a alteração proposta.

Não votou o senhor presidente da câmara e o senhor vereador Pedro Louro, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Reabilitação de Equipamento Coletivo – Polidesportivo de Alcochete” – Proc.º I-03/19/CP:

– Decisão de não adjudicação

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento (anexo I), propõe-se para deliberação a decisão de não adjudicação.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- A decisão de não adjudicação, conforme alínea a), do n.º 1, do artigo 79.º do CCP e consequente revogação da decisão de contratar e do procedimento subjacente, de acordo com o artigo 80.º do CCP.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Anexo I, como **Doc. 1**.

4.2 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Requalificação da Igreja da Misericórdia de Alcochete” – Proc.º I-18/18/CP:

- **Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de aprovação do mapa de quantidades de trabalho corrigido e prorrogação do prazo de apresentação de propostas até às 17:00 horas, do dia 24 de abril de 2019 – Errata**

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento (anexo I), propõe-se para deliberação a correção do erro de escrita identificado.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- A correção do erro de escrita nos termos propostos na errata.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Anexo I, como **Doc. 2**.

4.3 Ocupação de espaço público por banca de flores junto ao cemitério – Regularização de dívida relativa ao contrato de concessão

Por proposta do senhor presidente o assunto foi retirado para posterior deliberação.

4.4 Auto da 1.ª Receção Provisória Parcial das obras de urbanização e redução da caução, no âmbito do processo de obras de construção e urbanização N.º LE.50/2018 – Alvará N.º 1/2019

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A requerente PRJI – Construções, Lda., na qualidade de proprietária solicita através do requerimento n.º LE/2019/115-SPO de 08 de março de 2019, a receção provisória parcial das obras de urbanização tituladas pelo alvará em epígrafe;
2. Conforme o auto de vistoria realizada em 28/03/2019, encontram-se por efetuar trabalhos correspondentes a 18% do valor total das obras de urbanização;
3. Deverá assim, ser mantido um valor caucionado correspondente aos referidos 18% que só poderão ser libertados com a receção provisória total;
4. Deverá também ser mantido o valor de 10% para garantia, o qual será libertado após a receção definitiva das obras.

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto de receção provisória parcial acima referido;
2. O valor de €72.639,62 (setenta e dois mil, seiscentos e trinta e nove euros e sessenta e dois cêntimos), atualmente caucionado, seja reduzido em €52.300,53 (cinquenta e dois mil, trezentos euros e cinquenta e três cêntimos), mantendo caucionado o valor de €20.339,09 (vinte mil, trezentos e trinta e nove euros e nove cêntimos), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas à rede de drenagem de águas residuais, que a mesma poderá ser libertada com a receção definitiva das obras de urbanização.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5 Protocolo de Cooperação entre a S.ENERGIA e o Município de Alcochete para implementação da medida EduLUX no âmbito do PPEC 2017-2018 da ERSE

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do Plano de Promoção da Eficiência Energética no Consumo de Energia Elétrica (PPEC) 2017-2018 promovido pela ERSE, a S.ENERGIA viu ser aprovada a medida “EduLUX - Eficiência energética na iluminação interior de Escolas Básicas”, que pretende melhorar a eficiência energética na área da iluminação interior em pelo menos 200 escolas básicas do 1.º ciclo dos concelhos do Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Setúbal, Palmela, Sesimbra, Seixal e Loures, contribuindo também para a melhoria das condições de conforto e visibilidade dos utentes nos locais das intervenções.

No âmbito da implementação global desta medida prevê-se a troca de pelo menos 27.478 lâmpadas tubulares, por substituição direta.

Fazem parte deste projeto enquanto parceiros da S.ENERGIA, as seguintes agências de energia:

- AMESEixal – Agência Municipal de Energia do Seixal;
- ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida;
- AMEAL – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Loures.

No caso específico do Município de Alcochete, prevê-se a intervenção em 7 escolas do concelho, com a substituição de pelo menos, 1.344 lâmpadas fluorescentes tubulares T8 por lâmpadas LED, com um investimento total de €18.015,07, cofinanciado a 70%, o que representa um investimento do município no máximo de €5.404,52, valor ao qual acresce o iva à taxa legal em vigor. Este investimento permite uma poupança anual na ordem dos €15.808,62, sendo o período de retorno do investimento do município, inferior a 5 meses.

O modelo de relação jurídica a estabelecer entre o município e a S.ENERGIA com vista à aquisição de bens ou serviços deverá sujeitar-se a uma aquisição direta (sem procedimento), nos termos do artigo 5.º/1 do CCP, considerando que as prestações objeto do contrato não estão submetidas à concorrência, em razão do contexto da formação do contrato – no pressuposto de que, tratando-se de um contrato celebrado no âmbito de um projeto financiado, não é concebível que outro qualquer operador tivesse interesse em prestar o mesmo tipo de bens e serviços, recebendo, em contrapartida, apenas 30% do preço.

Face às considerações expostas, propõe-se a celebração do Protocolo de Cooperação que se rege pelas cláusulas expressas em documento anexo com a S.ENERGIA – Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o Protocolo, como **Doc.3**.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

– Sr. Paulo Vieira:

Na qualidade de comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, agradeceu a presença do executivo, bem como as palavras proferidas em relação ao corpo de bombeiros.

Salientou que todo o contributo que possa ser efetuado à associação/corpo de bombeiros é em prol, também, do bem da comunidade, dado que toda a atividade dos bombeiros é para o bem comum de todos os municípios. Salientou que a autarquia está a apoiar a associação, contudo, toda a verba que possa ser canalizada é sempre bem-vinda.

Quanto à obra dos semáforos informou que, na altura da empreitada de requalificação da estrada, foi solicitado ao empreiteiro que fosse colocado um tubo a atravessar a estrada (de um lado para o outro), já a pensar na obra, de forma a não haver necessidade de voltar a esburacar a estrada.

Solicitou que fosse alterada a circulação do trânsito da rua dos Descobrimentos, de dois sentidos para sentido único, por forma a evitar acidentes rodoviários.

Em relação à E.I.P., também congratulou o executivo pelo investimento, contudo, informou que para equipar esta equipa, com todo o apetrechamento, é necessária uma verba de cerca de 12 mil euros.

O senhor vereador Vasco Pinto, em relação ao tubo que atravessa a rua, salientou que a visita técnica ao local foi efetuada com técnicos da autarquia e que os mesmos não tinham presente essa informação, no entanto irá indagar sobre essa situação.

O senhor presidente, em relação ao trânsito da rua dos Descobrimentos, informou que foi registada essa preocupação e que a mesma irá ser motivo de reflexão, considerando que, se nada houver que obstaculize a questão, certamente serão tomadas essas providências.

– Sr. José Costa:

Na qualidade de presidente da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, também agradeceu ao executivo pela realização da reunião, manifestando, no entanto, a sua tristeza pelo facto de a população não aderir a estas iniciativas. Em seguida, fez uma breve narração de todas as dificuldades que a associação tem de enfrentar no seu dia-a-dia, salientando vários aspetos, tais como: os meios humanos, as necessidades de equipamento e meios de socorro, situação financeira e a dificuldade em angariar voluntários para a associação.

Orgulha-se da forma profissional como todo o corpo de bombeiros (voluntários e profissionais) age, para dar resposta a todas as situações necessárias e emergentes.

Congratula-se pela forma como o executivo camarário vê a associação, solicitando no entanto, o seu apoio, dado que os tempos de hoje são muito exigentes e as pessoas assim o exigem desta associação.

O senhor presidente agradeceu as palavras proferidas, agradecendo uma vez mais a cedência das instalações para a realização da reunião, lamentando também a falta de participação na mesma e considerando que tal situação se deve ao facto de se estar a atravessar uma crise de valores, nomeadamente, em termos de participação cívica das pessoas.

Quanto às carências enunciadas, referiu que o executivo está ciente das mesmas e disponível para, conjuntamente, enfrentarem e ultrapassarem as adversidades, contudo, terá de haver consciência que a câmara municipal de Alcochete, é uma câmara pequena, comparativamente a outras Câmaras Municipais que a ladeiam. Embora esteja a viver um tempo diferente no aspeto financeiro de acordo com o Relatório de Contas de 2018, com a possibilidade de crescer. Está convicto que o ano de 2019 irá ser diferente, não para melhor, mas para pior no capítulo de

angariação de receita. Por isso, este executivo tem de ser prudente, porém, paulatinamente, vai fazendo o caminho e está atento às necessidades da associação. Quando surgir a oportunidade, certamente dará sempre uma resposta que vá ao encontro daquilo que são as lacunas e carências, no que diz respeito ao *modus operandi* da associação. Considera que as duas instituições são parceiras e tudo aquilo que possam dar, em termos financeiros é um investimento nas pessoas e enquanto o executivo mantiver este alento, certamente que farão caminho juntos, sempre em prol das pessoas.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 23:50 horas a senhora vice-presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira Vilhais, técnica superior, subscrevo e assino.